

PARA ALÉM DO DIA 19 DE ABRIL: percursos de uma pesquisa sobre o ensino de História e Culturas Indígenas na Educação Básica

Gisele Veríssimo
Lincoln Tavares Silva

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os percursos teórico-metodológicos e alguns dos resultados da pesquisa de mestrado que investigou o ensino de História e Culturas Indígenas na Educação Básica, com foco na superação de abordagens estereotipadas e pontuais, frequentemente restritas ao dia 19 de abril (Dia dos Povos Indígenas). A pesquisa surgiu da problematização sobre a forma como os povos indígenas são representados no contexto escolar e sobre os desafios enfrentados por professores para desenvolver práticas pedagógicas críticas, contínuas e alinhadas à perspectiva de uma educação intercultural e decolonial. Do ponto de vista metodológico, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e aplicação de um questionário a professores da Educação Básica. As respostas, compostas por questões abertas e fechadas, foram analisadas a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), permitindo identificar representações sociais, percepções docentes e práticas pedagógicas relacionadas à temática indígena. Esse percurso possibilitou a compreensão tanto dos limites e dificuldades presentes nas escolas quanto das estratégias construídas pelos docentes, a fim de abarcar a obrigatoriedade legal do ensino de História e Culturas Indígenas. Os resultados evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância do tema, lacunas na formação inicial e continuada dos professores persistem, além de problemas relacionados à escassez de materiais didáticos adequados e à permanência de narrativas eurocêntricas. Ao mesmo tempo, emergem práticas pedagógicas que buscam valorizar a diversidade dos povos indígenas, aproximando o conteúdo escolar das produções culturais contemporâneas e das vozes indígenas. Como desdobramento da pesquisa, foi desenvolvido um produto educacional voltado à formação docente, organizado em formato de curso de extensão, com o intuito de oferecer subsídios teóricos e práticos para o trabalho com a temática indígena na escola. Da formação, emergiu também um e-book, caracterizado como um artefato, disponível na plataforma EduCapes, com o objetivo de ampliar o acesso ao conteúdo a outros educadores. Conclui-se que a articulação entre pesquisa acadêmica e produto educacional pode contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais críticas, contextualizadas e comprometidas com a valorização dos povos indígenas no currículo escolar.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Educação Básica; Formação de Professores; Produto Educacional; Extensão.

Introdução

No Brasil, o ensino de História e Cultura Indígena é obrigatório nas instituições de ensino públicas e privadas. A Lei 11.645/08, que alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que a temática seja abordada em todas as disciplinas, sobretudo em Educação Artística, História e Literatura, abarcando a contribuição dos povos originários nas áreas econômica, social e política do país (BRASIL, 2008). Porém, quase duas

décadas após a aprovação da norma, a diversidade, as línguas, as cosmovisões e outros elementos culturais quando não ignorados, ainda são estereotipados nas escolas, sobretudo nas atividades pedagógicas aplicadas no dia 19 de abril, erroneamente chamado de “Dia do Índio”¹.

Entendendo que os educadores têm papel crucial no processo de formação cidadã dos estudantes e a partir da pergunta norteadora “como os professores da Educação Básica compreendem e desenvolvem o ensino de História e Culturas Indígenas?”, a pesquisa de mestrado intitulada “Para além do dia 19 de abril: ensino de História e Culturas Indígenas na Educação Básica”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEB/CAP-Uerj), teve como objetivo principal captar os sentidos dos docentes, ou seja, as representações sociais dos profissionais de Educação acerca da temática. Simultaneamente, buscou identificar a presença (ou não) do assunto durante suas formações iniciais, assim como sondar possíveis iniciativas das instituições nas quais trabalham. Para tanto, foi aplicado um denso questionário via Google Formulários a educadores com perguntas abertas e fechadas.

Assim, o presente artigo tem como propósito apresentar os percursos teórico-metodológicos e os principais resultados da pesquisa, bem como discutir o desenvolvimento do produto educacional dela decorrente, concebido como estratégia formativa voltada a professores da Educação Básica. Ao articular investigação acadêmica e proposição pedagógica, o trabalho busca evidenciar como as representações sociais docentes impactam as práticas de ensino de história e culturas indígenas, ao mesmo tempo em que aponta possibilidades de superação de abordagens pontuais e estereotipadas.

O texto é organizado em cinco seções: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre o ensino da temática indígena na escola, utilizado na dissertação; em seguida, são descritos os percursos metodológicos da pesquisa; posteriormente, são analisados e discutidos os principais resultados; na sequência, aborda-se o produto educacional desenvolvido a partir das demandas identificadas; por fim, tecem-se as considerações finais, destacando as contribuições e limites do estudo.

Referencial teórico

A base da pesquisa teve como eixos teóricos principais a Teoria das Representações Sociais, à luz de Serge Moscovici (2011); a ideia de decolonialidade, baseada em autores como

¹A nomenclatura da efeméride só foi alterada oficialmente em 2023, como resultado da aprovação da Lei nº 5.466/2019, aprovada pelo Congresso em 2022.

Candau, 2020; Krenak, 2022; e Munduruku, 2000; e observações relacionadas à construção das imagens do índio², em uma perspectiva histórica e sociocultural, além de um debate inicial sobre a aplicação da Lei 11.645/2008.

A escolha dos conceitos justifica-se pelo fato de que, historicamente, os povos originários são retratados na mídia, nos materiais didáticos e na vida social de forma estereotipada e inferiorizada. Essas *representações* são intrínsecas à lógica da colonialidade que, conforme aponta a professora Vera Candau (2020, p. 681), é reafirmada em alguns processos educacionais. O olhar enraizado sobre o *outro*, o colocando em posição de inferioridade, é resultado do processo colonial que violou e ainda viola direito dos povos indígenas. Esse olhar, que deveria ser debatido e desconstruído, é comumente reforçado nas instituições de ensino.

Munduruku (2000, p. 24) afirma que o professor desempenha um papel importante ao mediar o conhecimento e, por isso, a pesquisa buscou entender como são formadas as representações sociais dos docentes acerca da aplicação da temática indígena na escola. Para tanto, a Teoria das Representações Sociais foi aplicada, pois permite analisar os mecanismos pelos quais os indivíduos, em conjunto, elaboram e disseminam uma compreensão partilhada da realidade que os cerca, ressaltando o caráter coletivo do pensamento.

Segundo Moscovici (2011, p. 105), “ao dizer que as representações são sociais, nós estamos dizendo principalmente que elas são simbólicas e possuem tanto elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos”, tornando-as ainda mais importantes no contexto escolar. Isso porque as representações criadas pelo viés colonial acerca dos povos indígenas tendem a associá-los a um passado distante, marcado pela ideia de atraso, primitivismo ou exotização, desconsiderando sua diversidade étnica, cultural, linguística e histórica, bem como sua presença ativa na sociedade contemporânea.

Conforme aponta Candau (2020, p. 68), a colonialidade do saber permanece em processos educacionais que reforçam hierarquias culturais e epistemológicas, ou seja, as narrativas homogêneas e atemporais sobre os povos indígenas contribuem para a manutenção de estereótipos e para o silenciamento de outras formas de conhecimento. Nesse sentido, é crucial questionar o eurocentrismo, dialogando com diferentes epistemologias e valorizando os saberes plurais.

²O termo “imagens dos índios”, presente em um dos textos da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2012) e se refere, majoritariamente, à dicotomia a qual os povos indígenas foram submetidos na Literatura e na Historiografia, ou seja, ao contraponto entre a sensibilidade e a selvageria, entre o símbolo da nação e a população inevitavelmente aculturada.

Consideramos crucial a inclusão de textos de autores indígenas como Krenak (2020, 2022), Munduruku (2000), Pachamama (2020) e Oliveira (2024), que têm enfatizado a importância de reconhecer a pluralidade dos povos indígenas, suas histórias, cosmovisões e modos de vida, rompendo com a ideia de um “índio genérico”. Krenak (2020, p. 41) denuncia que o Brasil permanece falhando em oferecer um lugar legítimo aos seus povos originários. Isso demonstra a manutenção do racismo estrutural e o descaso histórico com os diferentes modos de existir e com os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

Entretanto, como afirma Pachamama (2020, p. 26), os povos originários estão prontos para preencher uma lacuna relacionada à escrita da História e de outras áreas do conhecimento. Dessa forma, um projeto educacional multicultural mostra-se imprescindível e urgente, pois é fundamental para desmontar estruturas hierárquicas e criar possibilidades que tenham a pluralidade como alicerce de uma convivência social mais equitativa (OLIVEIRA, 2024, p. 317), compreendendo os povos indígenas como sujeitos históricos, produtores de conhecimento e agentes ativos na construção da sociedade brasileira. No contexto escolar, essa perspectiva exige a revisão das representações sociais que orientam discursos e práticas pedagógicas, abrindo espaço para abordagens críticas e contextualizadas.

Percursos metodológicos da pesquisa

Com uma metodologia quantiquantitativa, a pesquisa utilizou-se da pesquisa bibliográfica e de um questionário, aplicado via Google Formulários entre os meses de setembro e novembro de 2024, a professores da Educação Básica atuantes em diversas áreas do conhecimento. As questões abertas e fechadas foram divididas em seções, sendo elas: 1) da caracterização dos sujeitos e de suas formações; 2) da relação atual dos sujeitos com a temática indígena; e 3) da participação em cursos sobre a temática, sendo esta última crucial para o planejamento e aplicação do produto educacional.

As respostas do questionário foram analisadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), metodologia criada por Ana Maria Lefevre e Fernando Lefevre nos anos 1990, que permite identificar representações sociais compartilhadas por um grupo a partir da construção de discursos-síntese. A escolha do método se deu pela ligação com a Teoria das Representações Sociais e porque “representa uma técnica de construção do pensamento coletivo, revelando como as pessoas pensam, atribuem significados e expressam suas posições sobre determinado tema” (GENARO, et al, 2024, p. 559).

A aplicação do DSC envolveu a identificação das expressões-chave presentes nas respostas, a definição das ideias centrais e a elaboração dos discursos do sujeito coletivo, organizados de acordo com categorias analíticas construídas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico. As categorias permitiram sistematizar os dados e articular as falas dos participantes com os conceitos de representações sociais, colonialidade e educação intercultural. Todos os procedimentos adotados respeitaram os princípios éticos da pesquisa em educação, assegurando o anonimato dos participantes e o uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Os resultados do questionário apontam para números importantes. Neste texto, faremos o resumo de cada uma das seções.

Análise e discussão dos resultados

A análise das 66 respostas evidenciou que os professores reconhecem a importância do ensino de História e Culturas Indígenas na Educação Básica, especialmente no que se refere à valorização da diversidade cultural e ao combate a preconceitos historicamente construídos. Os docentes compreendem a relevância do tema para a formação crítica dos estudantes e para a compreensão da pluralidade que compõe a sociedade brasileira.

Entretanto, esse reconhecimento convive com a percepção de diversas dificuldades para a efetivação da temática no cotidiano escolar. Os discursos revelam sentimento de insegurança, dúvidas sobre abordagens adequadas e limitações impostas pelo contexto institucional, indicando uma distância entre a importância atribuída ao tema e sua concretização nas práticas pedagógicas.

Entre os principais desafios apontados pelos professores, destaca-se a insuficiência da formação inicial no que diz respeito ao ensino de História e Culturas Indígenas. Muitos docentes afirmam não ter tido contato aprofundado com a temática durante a graduação, o que impacta diretamente sua atuação em sala de aula. Outro obstáculo recorrente refere-se, segundo os educadores, à escassez de materiais didáticos adequados. Soma-se a isso a percepção de resistência à aplicação da temática, tanto por parte dos alunos, da instituição e até das famílias (SILVA, 2025, p. 63). Esses elementos evidenciam que os desafios não se restringem à atuação individual do professor, mas estão relacionados a fatores estruturais do sistema educacional, como sintetiza o quadro abaixo.

Quadro 1 – DSCs identificados no questionário

Das dificuldades de abordagem do tema	Sobre a importância da temática em sua área de conhecimento	Qual é a relevância do assunto em sala de aula na atualidade
Falta de materiais didáticos adequados, além da escassa formação dos professores sobre o tema.	Reconhecimento da participação dos povos originários na cultura brasileira	Despertar a criticidade dos alunos sobre as injustiças sofridas pelos povos indígenas e ajudar a desconstruir estereótipos
Preconceito e nas resistências que surgem, tanto por parte dos alunos quanto de outros membros da escola	Desconstrução de estereótipos e combate a preconceitos	Formar estudantes conscientes dos impactos das ações humanas no meio ambiente e nas populações originárias
A carga horária restrita e a rigidez do currículo escolar	Construção de uma sociedade mais consciente das opressões históricas e do impacto ambiental	Valorizar a pluralidade cultural e social que forma o país
Não há dificuldades em abordar os povos indígenas; o conteúdo consta no livro didático	Tem importância relativa, pois há assuntos prioritários	Despertar curiosidade nos alunos e promover uma educação que vai além da visão tradicional da história do Brasil

Fonte: Os autores.

Apesar dos limites identificados, os discursos docentes também revelam estratégias pedagógicas voltadas à superação dessas dificuldades, ainda que em menor número. Dezoito professores relatam ter conhecimento sobre os povos originários, sendo este buscado por conta própria em formações extras. Vinte e um dos educadores já tinham visitado territorialidades, como a Aldeia Marakanã e comunidades indígenas em Paraty (RJ). Essas iniciativas demonstram esforços no sentido de reconhecer a diversidade cultural e histórica dos povos indígenas e de construir abordagens pedagógicas mais coerentes, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

O produto educacional como desdobramento da pesquisa

Em relação à participação de cursos ou formações continuadas sobre os povos originários, os resultados apontam para a necessidade de fortalecer processos formativos e

disponibilizar recursos pedagógicos que contribuam para a consolidação dessas práticas, reforçando o papel da pesquisa e do produto educacional como instrumentos de apoio à formação docente.

Assim, o desenvolvimento do produto educacional³ constituiu um desdobramento direto da pesquisa de mestrado, a partir das demandas identificadas ao longo da investigação. A maioria dos educadores (49) afirmou não ter participado de nenhuma formação continuada relacionada à temática dos povos originários, enquanto 15 o fizeram e dois não se lembravam (SILVA, 2025, p. 69). Quando questionados sobre uma possível participação em um curso gratuito, 41 educadores demonstraram interesse, 18 responderam “talvez” e apenas sete não se dispuseram.

Com o objetivo de “oferecer subsídios teóricos e metodológicos que possam ser aplicados diretamente na prática pedagógica” (SILVA, 2025, p. 73), foi publicizada formação cujo foco tinha como propósito problematizar as representações estereotipadas sobre os povos indígenas e contribuir para valorização da diversidade étnica, cultural e histórica desses povos, bem como refletir sobre o papel do professor como mediador do conhecimento.

A estrutura geral do curso foi organizada em módulos (ou semanas), articulando momentos de estudo teórico, análise de práticas pedagógicas e proposição de atividades aplicáveis ao contexto escolar. As temáticas abordadas dialogam diretamente com os resultados da pesquisa, contemplando, entre outros aspectos, a legislação educacional, as representações sociais sobre os povos indígenas, a colonialidade presente no currículo e possibilidades de práticas pedagógicas que rompam com abordagens pontuais e comemorativas. Tudo isso também foi feito com base em um diálogo-entrevista, realizado com a professora Marize Guarani, indígena e doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)⁴.

O curso, intitulado *Entrelaçando Histórias: Explorando a Cultura Indígena na escola*, foi oferecido de forma semipresencial em parceria com a Fundação Cecierj em 2025.1 (fevereiro-maio), direcionado a professores da Educação Básica interessados em desenvolver a

³O produto educacional é parte dos cursos de pós-graduação profissional e, diferentemente da dissertação ou tese, encontra-se no “espaço da solução” (MENDONÇA et. al., 2022, p. 3-4), tendo como objetivos a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e a possibilidade de compartilhamento e replicabilidade (Ibidem., p. 4). Neste caso, além do produto educacional – o curso de extensão –, foi idealizado um livro digital, que reúne os conteúdos da formação, bem como algumas das interações dos cursistas, a fim de ampliar o alcance para além do grupo de educadores inscritos.

⁴Entrevista concedida por OLIVEIRA, Marize Vieira de. [08, 2024]. Entrevistadora: Gisele Veríssimo da Silva. Diálogo on-line. Arquivos .mp4. (70 min.). https://drive.google.com/drive/folders/1BHq13Qis21_qOVkF4PTXVlKM4M0jf7r1?usp=drive_link.

temática indígena de forma transversal. Foram 156 cursistas no início da formação, dos quais 70 permaneceram ativos e 47 permitiram o uso das respostas na pesquisa.

A proposta buscou considerar a diversidade de contextos escolares e níveis de ensino, tentando oferecer uma formação acessível e aberta ao diálogo: a formação, dividida em semanas, abordou assuntos como povos indígenas no Brasil: atravessamentos históricos, sociais e culturais; temática Indígena na escola: Legislação (BNCC, Lei 11.645/2008 e LDB); representações genéricas (como e por que combatê-las); ensino do tema de forma decolonial e interdisciplinar (desafios, avanços e ideias para a implementação; saberes ancestrais em voga (literatura, língua, arte, medicina, sustentabilidade); e desafios contemporâneos enfrentados pelos povos originários, como a luta pela terra, preservação cultural e a sua resistência a processos de assimilação.

Nos fóruns, educadores puderam compartilhar experiências, angústias e ideias. O potencial formativo do produto educacional reside, então, na articulação entre pesquisa acadêmica e prática docente, promovendo espaços de reflexão crítica e troca entre professores. Ao dialogar com as representações sociais identificadas na pesquisa, o curso possibilitou a problematização de discursos cristalizados e o fortalecimento de práticas pedagógicas mais alinhadas à perspectiva intercultural.

Para a conclusão do curso, solicitamos aos educadores que criassem murais pedagógicos que, ao serem inspirados pela pedagogia decolonial, servissem como um espelho do conteúdo discutido. Treze dos murais publicados estão disponíveis para visualização no e-book intitulado *Entrelaçando Histórias: Explorando as Culturas Indígenas na escola*, que abarca os assuntos vistos no curso de extensão e comentários dos cursistas⁵. Os trabalhos dos cursistas também apontam para a importância da continuidade da discussão em relação à formação docente, bem como à reflexão do papel do professor enquanto facilitador de uma educação crítica e intercultural.

Na última semana do curso, abrimos espaço para que os participantes fizessem comentários acerca da formação, além de sugestões para cursos futuros. As DSCs dos cursistas podem ser sintetizadas em: 1) percepções que mostram mudanças importantes na maneira como veem a presença indígena na escola, incluindo o reconhecimento das vozes indígenas na construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas; 2) desejo de aprofundamento em ações que proporcionem o diálogo entre escola-família e povos originários; 3) questionamentos

⁵SILVA, Gisele Veríssimo da; SILVA, Lincoln Tavares. *Entrelaçando Histórias: Explorando as Culturas Indígenas na escola*. 2025. 76p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1131495>. Acesso em: 02 Fev. 2026.

sobre práticas anteriores, com o tratamento do tema de forma superficial ou com base em representações genéricas.

Ainda neste fórum, os educadores apontaram o desejo de continuidade do curso, mas também lacunas e desejos de aprofundamento, sobretudo no que diz respeito a soluções práticas, como estratégias para incluir representantes indígenas nas escolas, visibilizar as realidades dos povos originários em contextos urbanos e desenvolver propostas pedagógicas interdisciplinares, integrando saberes indígenas ao currículo de disciplinas como Matemática, Educação Física e no ciclo de alfabetização.

Essas observações revelam tanto a potência formativa do curso quanto a necessidade de aprofundar caminhos que incorporem efetivamente a temática à prática no chão da escola. Ao oferecer suporte teórico-metodológico para o ensino de História e Culturas Indígenas, o produto educacional não apenas contribuiu para a formação continuada e para a reflexão sobre as práticas docentes, mas também se configurou como um instrumento para ampliar as possibilidades de atuação do professor.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo compreender como professores da Educação Básica percebem e desenvolvem o ensino de História e Culturas Indígenas, analisando os sentidos e as representações sociais que orientam suas práticas pedagógicas. Partindo da obrigatoriedade estabelecida pela Lei nº 11.645/2008, a pesquisa buscou problematizar o distanciamento entre a legislação educacional e sua efetiva implementação no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à superação de abordagens pontuais e estereotipadas das temáticas indígenas.

Os resultados evidenciaram que, embora os docentes reconheçam a importância do ensino de História e Culturas Indígenas para a formação crítica dos estudantes, alguns desafios significativos relacionados à formação inicial e continuada, à escassez de materiais didáticos adequados e às limitações impostas por currículos engessados e pressões institucionais persistem. Essas dificuldades contribuem para a permanência de práticas centradas em datas comemorativas, como o dia 19 de abril, reforçando representações homogêneas e atemporais dos povos indígenas.

Por outro lado, a análise também revelou iniciativas docentes que buscam romper com essas limitações, valorizando a diversidade étnica, cultural e histórica dos povos indígenas e reconhecendo-os como sujeitos históricos contemporâneos. Essas práticas, ainda que pontuais,

indicam possibilidades de transformação no ensino, especialmente quando articuladas a processos formativos que promovam a reflexão crítica sobre as representações sociais presentes no espaço escolar.

Nesse sentido, o desenvolvimento do produto educacional configura-se como uma contribuição relevante da pesquisa, ao propor uma formação voltada à ampliação do repertório teórico e pedagógico dos professores da Educação Básica. Ao articular os resultados da investigação com uma proposta formativa, o PE busca fortalecer práticas pedagógicas mais críticas e alinhadas à perspectiva intercultural, contribuindo para a efetivação da Lei nº 11.645/2008.

Embora o estudo tenha contribuído para compreender as representações sociais dos docentes sobre o tema, há diversos caminhos para investigações futuras. Uma direção envolve estudos longitudinais que avaliem os efeitos de formações continuadas com perspectivas decoloniais na prática cotidiana, observando os limites e potenciais de sua aplicação em sala de aula. Outra possibilidade consiste em expandir o escopo da pesquisa para outros atores escolares, como gestores e coordenadores pedagógicos, cujas decisões influenciam diretamente a inclusão da temática indígena nos projetos político-pedagógicos. Além disso, investigações sobre a produção e circulação de materiais didáticos interdisciplinares, sobretudo aqueles elaborados com a participação indígena, podem fortalecer práticas pedagógicas representativas e auxiliar na consolidação de políticas educacionais mais efetivas no combate ao silenciamento histórico imposto aos povos originários.

Por fim, conclui-se que a articulação entre pesquisa acadêmica e prática docente constitui um caminho potente para a transformação do ensino de História e Culturas Indígenas na Educação Básica. Ao reconhecer os desafios e potencialidades presentes no cotidiano escolar, este estudo reafirma a importância de investigações que dialoguem diretamente com a realidade dos professores, contribuindo para a construção de um currículo mais diverso e comprometido com a valorização dos povos indígenas.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, nº 2, pp. 21-39. Niterói: Departamento de História, UFF. 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm.

Acesso em: 11 jan. 2026.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. *Revista Espaço do Currículo (online)*. João Pessoa, v. 13, n° Especial, p. 678 686, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949/32178>. Acesso em 22 jan. 2026.

GENARO, Luís Eduardo et al. Discurso do Sujeito Coletivo: bases conceituais, enfoques e aplicações em pesquisas qualitativas. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.12, n.32, set./dez. 2024. pp. 553-569. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/739>. Acesso em: 11 jan. 2026.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MENDONÇA, Andréa Pereira *et al.* O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-graduação na Área de Ensino. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*. Manaus (AM), v. 8, 2022. pp. 1-22. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114/1115>. Acesso em 15 jan. 2026.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUNDURUKU, Daniel. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. Coleção Jovem Século 21. 1ª ed. São Paulo: Editora Angra, 2000.

OLIVEIRA, Marize Vieira de. Aguyjevete para quem luta: movimento indígena e povos originários na luta por direitos à educação: uma escrita autoetnográfica. 2024. 358f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2024.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Metlon: Palavra é coragem. Autoria e ativismo de originários na escrita da História. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. pp. 26-40. Disponível em: <https://www.editorafi.org/765indigena>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, Gisele Veríssimo da. Para além do dia 19 de abril: ensino de História e Culturas Indígenas na Educação Básica. 2025. 148f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2025.